A Clonsta

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 28 de setembro de 2023 • Nº 1653 • R\$ 1,00 www.diariodoacionista.com.br

DDE

Dívida Pública Federal cresce 2,01% em agosto

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) subiu 2,01% em agosto e fechou o mês em R\$ 6,265 trilhões. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, 27, pelo Tesouro Nacional. Em julho, o estoque estava em R\$ 6,142 trilhões. A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$

63,95 bilhões no mês passado, enquanto houve uma emissão líquida de R\$ 59,27 bilhões. A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) avançou 1,94% em agosto e fechou o mês em R\$ 6,028 trilhões. Já a Dívida Pública Federal ex-

terna (DPFe) ficou 3,71% maior no mês, somando R\$ 237,46 bilhões ao fim de agosto. Antes da redução da taxa básica de juros para 12,75% ao ano, definida na semana passada, a parcela de títulos da DPF atrelados à Selic havia subido em agosto, para 41,39%. PÁGINA 2

43 A 21

Contra STF, Senado aprova PL do Marco Temporal

O Senado aprovou, por 43 votos a 21, o projeto de lei que institui o marco temporal para a demarcação de terras indígenas seja analisado no plenário da Casa. Os senadores ainda votarão trechos destacados do texto do PL. O governo orientou o voto contrário ao projeto, mas partidos que têm cargo na administração federal (como o PSD, União Brasil, MDB, PP e Republicanos) deram voto a favor do texto, impondo uma derrota à esquerda. A aprovação representa uma vitória para a bancada ruralista e reação ao Supremo Tribunal Federal (STF), que, na semana passada, decidiu que essa tese como critério para a demarcação das terras indígenas é inconstitucional. O senador Marcos Rogério (PL-RO), relator da proposta no Senado, apresentou parecer contrário às novas emendas, mantendo o texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O texto do relator é favorável à tese do marco temporal. Por essa regra, os indígenas só teriam direito à demarcação de terras que ocupassem no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988. O projeto foi aprovado em maio na Câmara dos Deputados por 283 votos a 155. Na semana passada, porém, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a tese do marco temporal. Ao julgar um caso de Santa Catarina, os ministros do STF decidiram, por 9 votos a 2, que o entendimento é inconstitucional e fere os direitos dos povos indígenas.

Amazônia

PF 'espreita' quadrilha que girou R\$ 10 bi em ouro ilegal

PÁGINA 3

Novo PAC

Lula lança edital de R\$ 65,5 bi em recursos para municípios



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) ançou, ontem, o edital Seleções, modalidade do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltada para atender os projetos prioritários apresentados por estados e municípios em áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura social e urbana e mobilidade. Na primeira etapa, estão previstos R\$ 65,2 bilhões em investimentos. Em cerimônia no Palácio do Planalto, Lula pediu aos gestores dos projetos

que contratem trabalhadores locais para tocar as obras do Novo PAC. Um dos principais objetivos do programa é a geração de emprego e renda. "Vamos contratar as pessoas da cidade, vamos contratar pessoas da comunidade, porque senão uma empresa vai fazer uma obra numa cidade vizinha, leva trabalhadores de outra cidade, e a cidade que está recebendo a obra não consegue gerar nenhum emprego", disse. PÁGINA 2

GOLPISTAS DO CAMPO



Salles não consegue votar relatório e CPI do MST termina em pizza

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) encerrou ontem, sem votar o relatório apresentado pelo relator, Ricardo Salles (PL-SP) (foto). Integrantes do colegiado criticaram as manobras feitas pelo governo em articulação com o Centrão e alegram que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não cumpriu compromisso para garantir que pudesse haver votação. "Este governo federal joga baixo e cobrou a conta dos partidos governistas e dos cargos entregues. Isso prejudicou diretamente na aprovação do relatório", disse o presidente da CPI, Tenente-Coronel Zucco (Republicanos-RS). Salles disse que, mesmo assim, o documento final será enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR). PÁGINA 3

INDICADORES																				
IBOVESP	IBOVESPA: 0,12% / 114.327,05 / 133,62 / Volume: R\$ 22.830.019.231 / Negócios: 3.733.919 Bolsas no mundo														Salário mínimo	R\$ 1.320,00	IGP-M	-0,14% (ago.)	EURO turismo	
Maiores Altas		Maiores Baixas					Mais Negociadas					Fechamento %		Ufir	R\$ 4,3329	IPCA	0,23% (ago.)	Compra: 5,3579	Venda: 5,5379	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preç	o %	Oscil.	Dow Jones	33.550,27	-0,20	Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - B (
BRF SA ON NM	10.06	+1.00	+0.10	PETZ ON NM	4.62	-2.12	-0.10	PETROBRAS PN N2	34.52	+3.17	+1.06	NASDAQ Composite	13.092,849	+0,22	(02/08)	12,75%	(02/08)	12,65%	Compra: 5,0289	+1,15%
ELETROBRAS PNB N1	38.62	-2.28	-0.90	P.ACUCAR-CBDON NM	3.25	-2.99	-0.10	VALE ON NM	65.70	+0.21	+0.14	CAC 40			Poupança 3		OURO		DÓLAR comerci	al
ELETROBRAS ON N1	35.40	-2.21	-0.80	LOCAWEB ON NM	6.16	+0.98	+0.06	ELETROBRAS ON N1	35.40	-2.21	-0.80	FTSE 100	7.593,22	-0,43	(28/09)	0,6769%	BM&F/grama	R\$ 304,19	Compra: 5,0472	Venda: 5,0478
MARFRIG ON NM	7.06	+0.86	+0.06	LOJAS RENNERON NM	12.90	-0.62	-0.08	ITAUUNIBANCOPN EJ N	1 26.55	-0.19	-0.05	DAX 30	15.217,45	-0,25	TR		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
CIELO ON NM	3.40	+1.49	+0.05	GRUPO SOMA ON NM	6.350	-1.55	-0.100	LOJAS RENNERON NN	1 12.90	-0.62	-0.08	Ftse Mib	28.012,3	-0,31	(28/09)	0,1760%	Compra: 5,3022	Venda: 5,3028	Compra: 5,0810	Venda: 5,2610

Mercados

Bolsa interrompe série negativa com leve alta de 0,12%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) mostrou resiliência até o início da tarde, mas chegou a sucumbir, depois das 14h, à piora também em Nova York.

O Índice Bovespa (Ibovespa) fechou em leve alta de 0,12%, aos 114.327,05 pontos, a meio caminho entre a mínima (113.365,75) e a máxima (115.340,41) do dia, saindo de abertura aos 114.193,51 pontos. Na semana, o Ibovespa cai 1,45% e, no mês, cede 1,22%. No ano, limita a alta a 4,19%. O giro financeiro de ontem se manteve a R\$ 22,8 bilhões, semelhante ao da sessão anterior. E, com o fechamento levemente positivo, o Ibovespa interrompe sequência de quatro perdas, que o havia colocado ontem no menor nível de encerramento desde 5 de junho.

O bom desempenho das ações de commodities, em especial de Petrobras (ON +3,71%, PN +3,17%, ambas nas máximas da sessão no fechamento), contribuía desde cedo para o leve viés positivo do Ibovespa nesta quarta-feira, em dia amplamente favorável ao petróleo, em alta de 3,64% para o WTI e de 2,09% para o Brent, que coloca a referência global acima de US\$ 96 por barril, em Londres.

Além do forte desempenho

de Petrobras na sessão, a oscilação de Vale (ON +0,21%) no fechamento foi importante para o sinal do Ibovespa no fim do dia, com desempenho em geral ruim para as ações do setor financeiro, à exceção de BB (ON +0,87%) entre os grandes bancos. Na ponta do Ibovespa, destaque para Gol (+7,19%), PetroReconcavo (+4,61%) e Prio (+2,92%), além dos papéis ON e PN de Petrobras. No lado oposto, Casas Bahia (-5%), Pão de Açúcar (-2,99%), Copel (-2,90%) e Ma-

gazine Luiza (-2,86%). Ontem, apesar da melhora observada em parte da tarde, os índices de Nova York fecharam sem direção única, com o Dow Jones ainda em baixa de 0,2%, e S&P 500 e Nasdag em alta, respectivamente, de 0,02% e 0,22%.

DÓLAR SOBE 1,22%

O mercado de câmbio doméstico foi engolfado ontem, pela corrida global para a moeda americana e a escalada das taxas de juros longas nos Estados Unidos. Já em alta firme pela manhã, quando ultrapassou a barreira psicológica de R\$ 5,00, o dólar à vista ganhou ainda mais força ao longo da tarde, correndo até o nível de R\$ 5,07, e encerrou o dia em alta de 1,22%, cotada a R\$ mento desde 31 de maio (R\$

Lula lança edital de R\$ 65,5 bi em recursos a municípios

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, ontem, o edital Seleções, modalidade do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltada para atender os projetos prioritários apresentados por estados e municípios em áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura social e urbana e mobilidade. Na primeira etapa, estão previstos R\$ 65,2 bilhões em investimentos.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Lula pediu aos gestores dos projetos que contratem trabalhadores locais para tocar as obras do Novo PAC. Um dos principais objetivos do programa é a geração de emprego e

"Vamos contratar as pessoas da cidade, vamos contratar pessoas da comunidade, porque senão uma empresa vai fazer uma obra numa cidade vizinha, leva trabalhadores de outra cidade, e a cidade que está recebendo a obra não consegue gerar nenhum emprego", disse.

"Quero pedir a compreensão dos prefeitos, dos governadores, dos empresários. Na medida do

possível, na hora de contratar os trabalhadores, vamos saber se na comunidade tem gente para fazer a obra que vocês precisam, porque a gente gera emprego na comunidade, a gente gera desenvolvimento, gera comércio, a gente faz o dinheiro circular na comunidade. E vou dizer mais: a gente diminui a bandidagem na comunidade se a gente gerar emprego, salário e renda", acrescentou.

Lula disse ainda que terçafeira teve um "momento de muita felicidade" ao ver o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, durante um piquete de greve de trabalhadores do setor automotivo. Na semana passada, em Nova York, Lula e Biden lançaram uma iniciativa global pelo trabalho decente.

Para o brasileiro, é importante perceber que existem as mesmas preocupações entre líderes mundiais com relação à questão do mundo do trabalho. "O mundo do trabalho está ficando precarizado. Mesmo a gente discutindo muita inovação, mesmo (com) essa revolução digital, o que a gente percebe é que tem muita gente trabalhando em condições quase sub-humanas. E o que nós queremos é tentar

criar condições para que o trabalho dessas pessoas, inclusive que trabalham em plataforma, seja dignificado", disse.

"A gente não quer exigir que ele tenha carteira profissional assinada se ele não quiser. Ele tem direito de ser um empreendedor, ele tem direito de trabalhar por conta. O que a gente tem é preocupação de garantir para ele um sistema de seguridade social [em] que, quando estiver em uma situação difícil, tenha o Estado para dar a ele um suporte de sobrevivência mínima, que é o que todo trabalhador precisa", explicou Lula.

O presidente destacou que os projetos de infraestrutura também têm potencial de estimular o esporte e a leitura, por exemplo, com a construção de quadras, equipamentos esportivos e bibliotecas. Segundo Lula, o estímulo à leitura é uma preocupação do seu governo.

"Cada novo projeto do Minha Casa, Minha Vida tem que ter uma salinha, por menor que seja, para iniciação daquela criança numa primeira biblioteca, a biblioteca da vida dele, no bairro dele", disse. "É muito importante que a gente faça com que a criança não perca o hábito da

leitura. Teremos que fazer muito mais coisas que estimulem as crianças a ler, porque senão as crianças ficam o tempo inteiro no celular e terminam aprendendo menos a ler e menos a escrever", ressaltou.

No discurso, Lula falou ainda sobre a participação direta dos governadores e prefeitos na escolha dos investimentos do Novo PAC. Segundo ele, o governo quer "criar a ideia definitiva" de que "o ente federativo precisa prevalecer", independente de simpatia e filiação políticas entre os mandatários.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O edital do PAC Seleções estará aberto de 9 de outubro a 10 de novembro para receber as propostas dos governadores e

A segunda etapa do Seleções, com mais R\$ 70,8 bilhões, deverá ser lançada no início de 2025, para que os prefeitos que forem eleitos no ano que vem possam participar do Novo PAC. Os projetos serão distribuídos em 27 modalidades e executados pelos ministérios das Cidades, da Saúde, Educação, Cultura, Justiça e Segurança Pública e Esporte.

5,0478 - maior valor de fecha-

AGRICULTURA

Brasil conquista 44 novos mercados para produtos agropecuários

2023. conquistou 44 novos mercados para os produtos agropecuários até setembro deste ano, informa o Ministério da Agricultura, em comu-

De acordo com a análise da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), do Ministério da Agricultura, entre os principais mercados alcançados destacam-se a comercialização para as carnes bovina e suína brasileiras para o México e a República Dominicana

As exportações brasileiras do agronegócio subiram 6,6% em agosto deste ano, no comparativo ao mesmo mês do ano passado, atingindo US\$ 15,63 bilhões. O valor correspondeu a 50,4% do total exportado pelo Brasil, segundo a SCRI.

Com uma pauta diversificada das exportações, o Ministério da Agricultura intermediou negociações nas Américas (Argentina, Canadá, México, Re-

O Brasil, desde o início de pública Dominicana, Uruguai, Equador, Chile e Panamá), totalizando 19 mercados.

> Na região asiática (Rússia, Indonésia, Cingapura, China, Índia e Malásia) foram conquistados 11 mercados.

> No continente africano (Egito, Argélia, Angola e África do Sul) as tratativas contabilizaram sete produtos.

> Já na Oceania (Polinésia Francesa, Nova Caledônia e Vanuatu) foram cinco mer-

> No Oriente Médio (Israel e Arábia Saudita), temos dois mercados.

> O ministério explicou na nota que as aberturas de mercados "são resultado de transações bilaterais que culminam no acordo dos requisitos de sanidade a serem atestados e do certificado correspondente, sanitário, fitossanitário ou veterinário, que passará a ser aceito pelo país importador nos pontos de entrada da mercadoria".

Dívida Pública Federal cresce 2,01% em agosto para R\$ 6,265 tri

FERNANDA TRISOTTO/AE

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) subiu 2,01% em agosto e fechou o mês em R\$ 6,265 trilhões. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, 27, pelo Tesouro Nacional. Em julho, o estoque estava em R\$ 6,142 trilhões.

A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$ 63,95 bilhões no mês passado, enquanto houve uma emissão líquida

A DPF inclui a dívida interna

e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) avançou 1,94% em agosto e fechou o mês em R\$ 6,028 trilhões.

Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 3,71% maior no mês, somando R\$ 237,46 bilhões ao fim de agosto.

PARCELA DE TÍTULOS

Antes da redução da taxa bá-

sica de juros para 12,75% ao ano, definida na semana passada, a parcela de títulos da DPF atrelados à Selic havia subido em agosto, para 41,39%. Em julho, estava em 41,20%. Já os papéis prefixados aumentaram a fatia de 24,65% para 25%.

do estoque da DPF em agosto, médio acumulado em 12 meses ante 30,21% em julho. Os papéis cambiais oscilaram a participa-

ção na DPF de 3,93% para 4% no mês passado.

O Tesouro informou ainda que parcela da DPF a vencer em 12 meses apresentou alta, passando de 18,21% em julho para 21,53% em agosto.

O prazo médio da dívida teve Os títulos remunerados pela baixa de 4,06 anos para 4 anos na nflação reduziram para 29,61% mesma comparação. Já o custo da DPF subiu de 10,07% ao ano para 10,53% a.a. no mês passado.

BANCO CENTRAL

Juros médios dos bancos seguem em queda para 43,5% ao ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Pelo terceiro mês seguido, a taxa média de juros das concessões de crédito livre teve queda e passou de 43,8% para 43,5% ao ano em agosto, redução de 0,3 ponto percentual (pp) no mês. Em 12 meses, entretanto, a alta nos juros médios é de três pontos percentuais, segundo a publicação Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgada ontem pelo Banco Central (BC), em Brasília.

Nas novas contratações para empresas, a taxa média do crédito livre ficou em 22,6% ao ano, redução de 0,4 pp no mês. De acordo com o BC, o recuo é resultado das reduções disseminadas pelas principais modalidades de crédito. Em 12 meses, o recuo é de 0,1 pp.

Nas contratações com as famílias, a taxa média de juros livres atingiu 57,7% ao ano, redução de 0,6 pp no mês e alta de 3,7 pp em 12 meses.

Diferentemente do observado no crédito às empresas, a diminuição da taxa média para pessoas físicas foi influenciada tanto pela alteração da composição da carteira (efeito saldo) como pela efetiva redução dos

juros praticados nas principais modalidades (efeito taxa).

O destaque é para as reduções das taxas nas modalidades de crédito consignado para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - (queda de 0,8 pp), crédito pessoal para trabalhadores do setor público (queda de 0,4 pp) e crédito pessoal não consignado vinculado à composição de dívidas (queda de 1,8 pp).

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

Nota

EMPREGO NO SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS FICA ESTÁVEL

O número de trabalhadores na indústria brasileira de máquinas e equipamentos ficou estável em agosto, repetindo os mesmos 392.826 colaboradores registrados em julho. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). No ano, período de janeiro a agosto, a indústria de máquinas e equipamentos criou quase 2.500 postos de trabalho. Por outro lado, de acordo com a entidade, em relação a setembro do ano passado, período que registrou número recorde de pessoas empregadas no setor, o quadro de pessoal encolheu em mais de 6,5 mil pessoas. Na comparação com agosto do ano passado, o quadro de empregados no setor encolheu 1,6%. Mas entre os grupos produtores de máquinas se observou admissões nos produtores de máquinas para logística e para construção civil (1,2%) e implementos agrícolas (2,7%).

www.diariodoacionista.com.br Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor **FELIPE SOARES - Diretor**

redacaodiariodoacionista@gmail.com

HAROLDO PAULINO - Diagramação



PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

Professores aprovam

paralisação em apoio

CAIO POSSATI/AE

Os professores da Universi-

dade de São Paulo (USP) deci-

diram na noite da terça-feira

passada, paralisar as ativida-

des docentes até a próxima se-

gunda-feira. O gesto, aprova-

do em assembleia geral, é uma

demonstração de apoio à gre-

ve dos estudantes, deflagrada

na semana passada. De acor-

do com a Associação de Do-

centes da USP (Adusp), os

professores vão se reunir na

segunda-feira que vem, em

uma nova assembleia, para decidir o indicativo de greve.

vada na última terça-feira, sob

o argumento de que a USP

apresenta defasagem no qua-

dro de professores, e a falta de

contratação tem colocado em risco a continuidade de algu-

mas disciplinas, como Japo-

nês e Coreano, que são ministradas no curso de Letras, da

Faculdade de Filosofia, Letras

e Ciências Humanas (FFLCH).

primeira a aprovar a greve,

que ganhou adesão de outras

faculdades, como a Faculdade

de Direito, nos últimos dias.

Na terça-feira, os universitá-

rios fizeram uma manifesta-

ção pelas ruas da capital até o

Largo da Batata, em Pinheiros,

As assembleias setoriais

que trouxeram deliberação de

paralisação foram a Faculdade

de Educação, Escola de Artes,

Ciências e Humanidades

(EACH), Faculdade de Filoso-

fia, Letras e Ciências Humanas

(FFLCH) - que já tinha de-

monstrado apoio aos estudan-

tes na semana passada -, o Ins-

tituto de Matemática e Estatís-

tica (IME) e o Instituto de Psi-

presentes todas as faculdades

e institutos da USP, a decisão

vale para todos os represen-

tantes da categoria da univer-

sidade, de acordo com Miche-

le Schultz, presidente da

"A deliberação de uma as-

Embora não estivessem

zona oeste de São Paulo.

Foi justamente a FFLCH a

A greve estudantil foi apro-

Quadrilha que girou R\$ 10 bi com ouro ilegal na mira da PF

Manhã Tarde Noite Noite 15° 15° 15° 85% 21° 18:05 PRIMAVERA: Sol com nuvens durante o dia. Chuva a qualquer hora.

ontem a Operação Ouropel que espreita grupo de empresas por suposto comércio ilegal de mais de R\$ 10 bilhões em ouro extraído da Amazônia Legal.

A corporação estima que os prejuízos socioambientais causados pela organização ultrapassa a cifra estratosférica de R\$ 27 bilhões.

O grupo é investigado por declarar a compra de 37 toneladas de ouro, desde janeiro de 2021 -

Polícia Federal abriu em valores atualizados, o comércio ilegal do metal precioso bate em R\$ 14 bilhões.

> Agentes da Operação Ouropel vasculharam ontem endereços em Itaituba, Novo Progresso (PA) e Cuiabá. As ordens foram expedidas pela Justiça Federal, que decretou o bloqueio de R\$ 290 milhões de investigados e suspendeu as atividades de companhias sob suspeita - oito

> Segundo a PF, os alvos da investigação - entre eles distribui

doras de títulos e valores mobiliários (DTVMs) e cooperativas de garimpeiros - acumulam 112 processos minerários tramitando em seus nomes. Todos esses processos foram suspensos por ordem judicial.

A PF informou que uma empresa 'adquiriu bilhões de reais em ouro da Amazônia nos últimos anos'. O grupo sob suspeita é investigado pelos crimes de usurpação de bens públicos, lavagem de dinheiro, crimes ambientais ligados à garimpagem ilegal e associação criminosa.

A investigação foi aberta em junho e já identificou o 'esquentamento' de mais de uma tonelada de ouro - via Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) correspondentes a áreas situadas na bacia do rio Tapajós, nas cidades de Itaituba e Jacareacanga,

Laudo do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal aponta o garimpo ilegal como principal causa da poluição do Tapajós.

PIZZA

Golpistas que comandaram CPI do MST não conseguem votar relatório

LEVY TELES/AE

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) encerrou ontem, sem votar o relatório apresentado pelo relator, Ricardo Salles (PL-SP). Integrantes do colegiado criticaram as manobras feitas pelo governo em articulação com o Centrão e alegram que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não cumpriu compromisso para garantir que pudesse haver votação.

"Este governo federal joga baixo e cobrou a conta dos partidos governistas e dos cargos entregues. Isso prejudicou diretamente na aprovação do relatório", disse o presidente da CPI, Tenente-Coronel Zucco (Republicanos-RS). Salles disse que, mesmo assim, o documento final será enviado à

Procuradoria-Geral da República (PGR), à Procuradoria-Geral Eleitoral e o Tribunal de Contas da União (TCU)

Diversos deputados da oposição elogiaram o trabalho feito na CPI, ainda que o objetivo final, a aprovação do relatório, não tenha sido alcançado. Tanto Zucco como Salles acreditavam que conseguiriam aprovar o documento.

"Se tivesse sido submetido à votação ontem, teria sido aprovado, mas infelizmente as manobras regimentais não permitiram que isso assim acontecesse", disse Salles. Ele já fez concessões ao Centrão para garantir a aprovação. O nome do deputado Valmir Assunção (PT-BA) foi retirado da lista de indiciados. Líderes acreditam que o indiciamento poderia resultar na cassação do petista e abriria brechas para a condenação de demais parlamentares

O presidente da CPI e o vicepresidente, Kim Kataguiri (União-SP), dialogaram com o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), para garantir votos favoráveis ao parecer final, o que lhes foi garantido. Faltava dialogar com Lira. Integrantes da CPI do MST relatam que, ao dialogar, Lira assegurou que daria o prazo necesser votado, o que não aconteceu.

Como mostrou o Estadão, o relatório de Salles foi lido, mas um pedido coletivo de vistas adiou a votação. Concedido o prazo, seriam necessárias duas reuniões para que a matéria pudesse ser votada. Essa foi a única reunião do colegiado em todo o mês de setembro.

niões na sexta-feira passada, e nesta segunda-feira, restando a terça-feira - último dia da CPI para apreciação do relatório. Como só houve uma sessão após o pedido de vistas, o colegiado não pôde realizar a votação.

Zucco tentou procurar Lira ao longo desta semana para garantir tempo suficiente, mas nenhum ato foi publicado até então prorrogando o trabalho da CPI. Em diversos momentos da CPI, o Centrão já realizou demonstrações de força, como aconteceu quando o PP fez uma troca de parlamentares durante sessão da CPI, no fim de agosto, e impediu que a oposição aprovasse requerimentos que prejudicariam o governo.

Quem realizou as substituições foi o então líder do PP, André Fufuca (MA), que foi empossado ministro do Esporte neste mês.

no futuro.

sário para que o relatório pudesse

A Câmara não realizou reu-

sembleia geral vale para toda a

cologia (IP).

categoria docente, de todas unidades. Agora, as assembleias setoriais debaterão o indicativo de greve para levar seus posicionamentos para a

à greve dos estudantes geral no dia 2 de outubro", dis-

> se Michele ao Estadão. Assim como os estudantes, os docentes também reivindicam mais contratações de professores. "O número adequado de servidoras e servidores docentes e técnico-administrativas (os) é a garantia de melhores condições de trabalho e estudo. É inadmissível que estudantes sejam prejudicadas e prejudicados por falta de docentes", completa a presidente da Adusp.

O corpo docente da USP foi encolhendo ao longo dos últimos anos. Como mostrou uma reportagem do Estadão, a USP perdeu 818 professores entre 2014 e 2023, o que representa uma queda de 15% na quantidade de docentes, dentro de um cenário onde o mesmo número de alunos continuou igual.

Na Faculdade de Medicina Veterinária e Zoologia (FMZV), por exemplo, o quadro encolheu 22,1% entre setembro de 2014 e agosto de 2023 (queda de 104 para 81 professores); na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 21,37% (de 117 para 92), e no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICM), a queda foi 21,13% (142 para 112).

Os números foram divulgados pela Adusp, com base nas folhas de pagamento disponíveis no portal de transparência da universidade A defasagem é resultado de anos de crise financeira e do período de pandemia, que impediram novas contratações. A FFLCH, responsável pelo início da greve, é uma das faculdades mais prejudicadas.

A greve também foi impulsionada pelo pedido dos alunos por melhorias na política de permanência estudantil. Na votação pela paralisação, os docentes engrossaram o apoio à pauta.

"A administração da universidade tem condições de ampliar as políticas de permanência estudantil". Michele Schultz. "A universidade passou a receber mais estudantes em situação de maior vulnerabilidade social com a política de cotas. É necessário que haja efetiva inclusão destes estudantes", completou.

ASNEIRA BOLSONARISTA

Flávio Bolsonaro compara prisões do 8/1 a Holocausto; instituto repudia

RAYANDERSON GUERRA/AE

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) comparou os presos no ataque golpista às sedes dos Três Poderes com as vítimas do Holocausto durante sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro na terça-feira. Segundo o parlamentar, as prisões "foram feitas nos moldes nazistas". Em reação à declaração, o Instituto Brasil-Israel emitiu uma nota de repúdio. A entidade classificou a fala do parlamentar como uma "distorção negacionista que fere a memória Guerra Mundial. das vítimas".

"A declaração feita por Flávio Bolsonaro em que compara vítimas do Holocausto aos depredadores de Brasília é um caso clássico de banalização do Holocausto. Flávio decide entrar em resoluções assustadoras, sendo desrespeitoso e ofensivo com a memória", diz o Instituto Brasil-Israel em nota.

Holocausto refere-se ao genocídio realizado pela Alemanha nazista, em que mais de 6 milhões de judeus foram exterminados durante a Segunda

O senador afirmou que as prisões dos golpistas foram feitas "aos moldes nazistas" durante o depoimento do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno.

"As prisões de milhares de pessoas nos dias 8 e 9 de janeiro foram feitas nos moldes nazistas. (No Holocausto) a gente via pessoas com medo, querendo fugir do nazismo e sendo direcionadas para estações de trem de forma pacífica, com a falsa promessa que iriam entrar em um trem e fugir do regime, mas

enquanto estavam nas estações, eram ligadas as câmaras de gás e as pessoas morriam aos milhares. Muito parecido com o que aconteceu aqui nos dias 8 e 9 de janeiro", afirmou Flávio Bolsonaro na sessão de segunda-feira passada.

O Instituto Brasil-Israel rebateu a declaração e disse que "ao contrário dos detidos e presos por crimes em Brasília, as vítimas dos nazistas não cometeram crime algum". "Foram exterminadas em razão de sua identidade religiosa, nacional, sexual ou política", diz a nota.

Acusados são presos

Interno morre em clínica de reabilitação

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Cinco funcionários da clínica de reabilitação Kairos Prime, em Embu-Guaçu (SP), foram presos terça-feira em flagrante após a morte de um homem de 39 anos, que estava internado no local.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo, os funcionários tinham entre 26 e 65 anos e são suspeitos de matar o interno. Testemunhas relataram à TV Globo que a vítima morreu após ter sido amarrada e agredida com madeira e ferro. De acordo com a secretaria, o interno chegou ao hospital já sem vida.

Esta já é a segunda morte que ocorre na clínica este ano. De acordo com a Secretaria de Segurança, um outro homem, de 27 anos, já havia sido encontrado morto em março, no mesma instituição, com sinais de violência no pescoço. Na ocasião, três funcionários do local foram presos em flagrante.

A secretaria informou ainda que dois outros boletins de ocorrência foram abertos contra a clínica em 2020 sobre um mesmo caso: o desaparecimento de um homem de 54

anos que havia fugido da reabilitação em junho de 2020 e que, em outubro do mesmo ano, foi encontrado.

PREFEITURA

Por meio de nota, a prefeitura de Embu-Guaçu informou que, após ter realizado inspeção no local, interditou a clínica por ausência de alvará. A prefeitura informou também que a Vigilância Sanitária conduziu uma avaliação meticulosa sobre os medicamentos presentes na clínica e que uma equipe da Assistência Social esteve no local e constatou que já não havia mais internos após a interdição.

"Conforme destacado pela fiscalização da prefeitura municipal de Embu-Guaçu, o processo de fiscalização é acionado, principalmente, com base em denúncias da comunidade ou a partir de informações do Estado, indicando a necessidade de verificar a conformidade das clínicas com as normas e regulamentos de saúde. No caso da Clínica Projeto Kairos, a falta de sinalização foi um fator relevante que tornou a clínica discreta e operando clandestinamente, escapando da detecção das autoridades", diz a nota da administração municipal.

Odebrecht diz a Toffoli que não violou obrigações e quer acordo

PEPITA ORTEGA/AE

Em meio ao turbilhão que atinge os artífices da Operação Lava Jato, a Novonor - antiga Odebrecht - pediu ao ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que garanta a 'ampla preservação jurídica, econômica e reputacional' do acordo de leniência celebrado pela empreiteira, assim como das colaborações premiadas firmadas por seus executivos. No início de setembro, Toffoli anulou as provas obtidas na Lava Jato com base na leniência da Odebrecht.

A construtora diz que nenhuma irregularidade identificada 🕻 na Operação pode ser atribuída a ela e coloca eventuais nulida-

des nos procedimentos na conta dos expoentes da força-tarefa. A empresa ressalta que, antes mesmo de fechar o acordo de leniência com a Procuradoria-Geral da República, alertou sobre 'violações a direitos e garantias constitucionais' por parte de integrantes da Lava Jato. O acordo de leniência foi fir-

mado em 2018. A antiga Odebrecht assumiu pagamento de multa de R\$ 2,72 bilhões até 2040 - atualizado, esse valor chega a R\$ 6,8 bilhões. Ao todo, 77 executivos que ocupavam cargos diretivos na companhia no período investigado na Lava Jato fizeram delação premiada e confessaram como operava a ro-

tina de propinas da empreiteira.

Na petição a Toffoli, a Novonor realça os termos de sua leniência, segundo os quais a empreiteira só perderia os benefícios do pacto em dois casos: descumprimento de obrigações ou desistência unilateral. Segundo a empreiteira, nenhuma das hipóteses ocorreu, 'o que afasta a possibilidade de perda dos benefícios a ela concedidos ao pactuar com as autoridades públicas'.

"Ao proceder com o cumprimento das suas obrigações, e diante das previsões dispostas no próprio Acordo de Leniência, a Companhia nutre a justa expectativa de prosseguir com o pacto celebrado com as autoridades, de forma que entendi-

mento em sentido contrário viola irremediavelmente a segurança jurídica e a proteção da confiança", sustenta a empreiteira.

A manifestação de 33 páginas foi encaminhada ao gabinete de Toffoli logo após a Procuradoria-Geral da República questionar a decisão do ministro no início de setembro. O órgão quer saber se o fato de o Ministério da Justiça - via Departamento de Recuperação de Ativos (DRCI) ter localizado, depois da decisão de Toffoli, o pedido de cooperação jurídica entre Brasil e Suíça afetaria o decreto de invalidação das provas.

Em paralelo, a antiga Odebrecht quer uma garantia do Supremo de que seu acordo de leniência ainda permaneça de pé.

A empreiteira pede à Corte que esclareça seu papel 'nos acordos celebrados e as obrigações perante elas assumidas', afastando qualquer relação entre a empresa e as 'nulidades' apontadas por Toffoli.

Covid-19 traz impactos para primeira infância nas 16 favelas da Maré

ALANA GANDRA/ABRASIL

A pandemia da covid-19 trouxe grandes impactos para as crianças do complexo das 16 favelas da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, em especial da primeira infância, que abrange menores de 0 a 6 anos de idade, em questões de saúde, alimentação, educação, segurança. É o que revela o Diagnóstico Primeira Infância nas Favelas da Maré, divulgado nesta quartafeira pela organização não governamental (ONG) Redes da Maré. A população de 0 a 6 anos corresponde a 12,4% dos moradores da Maré, ou o equivalente a quase 15 mil crianças. A primeira infância é considerada uma fase crucial para o desen-

volvimento das crianças. Durante a pandemia, foram aplicados diretamente 2.144 questionários às famílias, nas residências, além de realizadas entrevistas com profissionais de redes de proteção e apoio à primeira infância, como professores, assistentes sociais e profissionais de saúde. O objetivo foi traçar o panorama da situação da realidade de 2.796 crianças nessa faixa etária. Muitas famílias possuíam mais de uma criança nessa idade, informou à Agência Brasil a assistente social Gisele Martins, uma das coordenadoras do estudo. De acordo com o Censo feito em 2013 pela Redes da Maré, o complexo possui 140 mil moradores no total.

A sondagem mostra que dentro do universo pesquisado, 1.160 famílias (54,1% do total pesquisado) tiveram dificuldades com a questão da alimentação, sendo que, em 252 domicílios (11,8%), algum familiar deixou de comer para que não faltasse alimento para a criança. "A sociedade civil na Maré teve um papel muito determinante para conter os efeitos negativos da pandemia da Covid-19, a exemplo da própria Redes da Maré, através da qual houve benefícios para milhares de famílias", disse Gisele. Essa foi uma importante fonte de dados para que a ONG pudesse desenvolver o próprio diagnóstico. "Ficou mais evidente que muitas famílias vivem em questão de insegurança alimentar. Há uma lacuna na oferta de políticas públicas que não responderam de imediato à situação", explicou a coordenadora. A Redes da Maré atendeu a mais de 18 mil famílias durante a pandemia.

No campo da segurança alimentar, uma recomendação é investigar a alimentação das gestantes e bebês da Maré, devido ao elevado número de crianças nascidas prematuras e do peso delas nos resultados da investigação quantitativa no terri-

VIOLÊNCIA

Em relação à segurança, o relatório constatou que 62% das operações policiais ocorreram próximo a escolas e creches, afetando o dia a dia das crianças de forma direta: 38,2% dos cuidadores afirmaram que as crianças já presenciaram algum tipo de violência, com níveis mais elevados encontrados nas favelas Nova Maré (54,1%) e Rubens Vaz (54%). Entre as consequências para as crianças foram registradas perda de aula (37,1%), redução do desempenho escolar (26,1%), restrição de circulação (50,7%); prejuízos ao brincar (43,7%).

Segundo Gisele, a violência urbana e o enfrentamento bélico que acontece pelas forças de segurança pública e pelos três grupos armados que disputam o território, afetam o processo de desenvolvimento das crianças, o acesso a políticas públicas, a serviços essenciais para as famílias. "A gente acredita que esse diagnóstico ajuda a visibilizar (o problema), mas é preciso dar continuidade a esse trabalho, discuti-lo, para que a 🗼 gente possa desumanizar essa 🕻 situação. Porque não é justo

que as crianças da Maré convivam com uma realidade distinta das demais crianças da cidade. Isso precisa ser olhado com o estranhamento que merece".

Uma das recomendações do relatório, no campo da segurança, é que deve haver a desnaturalização dos processos de violência. A política de segurança pública conduzida no Rio de Janeiro deve ser reavaliada com urgência, visando construir a promoção do cuidado com crianças na Maré e a elaboração de projeto de pesquisa para investigar e intervir sobre os impactos da violência na saúde mental das crianças no território.

EDUCAÇÃO É preciso, também, ampliar o acesso aos espacos de desenvolvimento infantil (EDIs) e a creches, uma vez que as políticas públicas voltadas para a primeira infância são insuficientes para o volume da demanda no território, apontou Gisele. "Tem que ampliar de maneira estruturante o acesso à saúde, educação, assistência social, entre outros. A gente tem que garantir que os espaços públicos estejam adequados para a presença das crianças". Isso envolve não só o enfrentamento da questão da violência de maneira adequada, mas também levar em conta o caráter prioritário que as crianças têm, visando evitar que menores sejam mortos em confrontos.

Muitas famílias não conseguem vagas nas creches e EDIs e isso tem consequências na organização e na dinâmica de vida dessas pessoas. As mulheres negras que, em sua maioria, são as pessoas que cuidam das crianças, se veem prejudicadas no campo dos direitos e outras possibilidades de vida, como o próprio acesso à educação, ao trabalho, à geração de renda. "Tem uma série de ações que ficam comprometidas quando se nega o direito dessas crianças às unidades". Na Maré, existem apenas seis creches municipais e 15 EDIs que não atendem à demanda das cerca de 15 mil crianças na primeira infância que há no território, reforçou a assistente social.

Gisele chamou a atenção que os espaços públicos têm que ser adequados também para o atendimento a crianças com deficiência ou que apresentem demandas no campo da saúde mental. Outro aspecto importante citado pela coordenadora é que a Maré é considerado bairro carioca desde 1994. "E o maior conjunto de favelas do Rio e a gente não tem, por exemplo, um Conselho Tutelar dentro desse território". O bairro carece também de um equipamento da assistência social presente. Os que existem estão fora do território. Gisele destacou que sendo maior do que muitos municípios brasileiros, esse dado já justificaria ter a presença forte e sistemática de equipamentos do campo de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

No campo dos direitos básicos, mencionou a necessidade de acesso à infraestrutura, saneamento básico, lazer, cultura e, também, ao transporte. "A gente não tem linhas do transporte público circulando na Maré e isso dificulta de maneira determinante o acesso à cidade, às oportunidades de lazer, cultura e educação que o município oferece."

CUIDADORES

As políticas públicas devem considerar também as formas de cuidados adotadas pelas favelas e periferias, conforme demonstrado no relatório.

Há uma predominância de mulheres cuidando das crianças na Maré: 94% dos cuidadores principais são mulheres (mães ou avós), sendo que 74,4% se autodeclaram pretas ou pardas e 68% têm entre 20 e

Brasil endurece regras para concessão de visto a afegãos

governo brasileiro publicou na terçafeira passada, novas regras para a concessão de visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária a nacionais do Afeganistão que estejam fugindo o regime do Talebã. As novas regras limitam os pontos de emissão a apenas duas embaixadas e acrescentam a exigência de comprovação de abrigo por alguma entidade que possua acordo com o governo.

A partir da próxima segundafeira, 2 de outubro, nacionais afegãos só poderão solicitar vistos nas embaixadas de Islamabad, no Paquistão, e Teerã, no Irã. Antes, era possível entrar com pedidos em Moscou, na Rússia; Ancara, na Turquia; Doha, no Catar e Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. As novas regras foram definidas em uma portaria interministerial da Justiça e Relações e Exteriores publicada no Diário Oficial da União.

Além disso, para a concessão do visto temporário, será exigida a comprovação de capacidade de abrigo no Brasil, ofertado por uma entidade civil que tenha acordo de cooperação com o governo. Um edital deverá ser promovido em breve pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Após a concessão, os afegãos terão 180 dias para ingressar em território nacional e então 90 dias para se apresentar à Polícia Federal. O visto "poderá ser concedido aos nacionais afegãos, aos apátridas e às pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão, no contexto dos acontecimentos de agosto de 2021?, informa o documento interministerial.

E acrescenta que "será dada especial atenção a solicitações de mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e seus grupos familiares."

Já os afegãos que já se encontrem em território brasileiro poderão pedir autorização de residência humanitária independentemente da condição migratória que houver ingressado. A autorização terá validade de dois anos.

Quem possui a residência temporária pode também requerer a autorização de residência com prazo indeterminado, desde que entre com o pedido na PF até noventa dias antes da expiração do visto de permanência. Para isso, o imigrante não pode ter se ausentado do Brasil por mais de noventa dias, não ter entrado no território por vias que não as de controle migratório brasileiro, não possuir registros criminais e comprovar meios de subsistência.

As novas regras terão validade até 31 de dezembro de 2024.

Após a concessão do visto temporário em setembro de 2021, centenas de afegãos passaram a se abrigar no aeroporto de Guarulhos, principal porta de entrada dos migrantes, até serem acolhidos em algum abrigo da cidade ou outro município. Em junho, dezenas deles foram enviados pelo governo à Praia Grande, onde foram abrigados em uma colônia de férias, mas alguns retornaram à Guarulhos.

No mesmo mês, um surto de escabiose, conhecida como sarna humana, atingiu os refugiados acampados no aeroporto internacional, com mais de 20 ocorrências confirmadas.

CHINA

Politburo age contra riscos políticos e econômicos

LAÍS ADRIANA/AE

O Politburo, principal órgão decisório da China, afirmou que tomará medidas efetivas para "prevenir e resolver" grandes riscos políticos e econômicos, mantendo uma "base firme" de segurança nacional. Em reunião coordenada por Xi Jinping, presidente chinês e chefe do Partido Comunista, os principais líderes do país discutiram iniciativas de inspeção, supervisão e controle de áreas político-econômicas chinesas.

No encontro, a liderança enfatizou a necessidade de fortalecer a liderança do partido comunista, exigiu que organizações de inspeção melhorem suas posições políticas e aprimorem de forma contínua as funções principais e competitividade das empresas estatais.

"Fortaleceremos a supervisão da corrupção nas empresas estatais e no setor financeiro, além de aprofundar o estudo de casos para promover a reforma e o tratamento", prometeu o Politburo.

Os líderes ainda concluíram que será necessário utilizar am-

plamente os resultados de inspeções para aprofundar reformas, melhorar sistemas locais, promover controle e tratamento da fonte dos problemas.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Goodman V Empreendimentos Imobiliários S.A., CNPJ nº 35.620.643/0001-12,
roma público que requereu na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, llovia publico que requereu ha secretaria Municipal de Deservolvine ilo Ecolorifico, inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2023/07769 a renovação da Licença Municipal de Instalação - LMI nº 002012/2020, para a atividade de estação de tratamento de esgoto do tipo reator anaeróbio de fluxo ascendente + lodos ativados com vazão média de 1,88 L/s, carga orgânica de 85,55 Kg DBO/dia e pré-operação na Estrada de Manguariba nº 245, Paciência/RJ.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias Concessão de Licença 29.138.328/0001-50 Primex Containers Ltda, CNPJ: 02.578.886/0001-80, torna pública que recebeu

da Secretária do Meio Ambiente e Proteção Animal - SMMAPA a autorização nº 033/2023, emitida em 14 de setembro de 2023. Esta licença é válida até 14 de setembro de 2024. Autoriza a empresa dessa atividade de locação de containers, localizada na Rua do Ouvidor, nº 60 salas 1009 e 1010 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, referente ao processo nº 019/000565/2023.

7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral extraordinária, que se realizarão no dia 07 de outubro de 2023 às 09h00min em 1ª Convocação e 09:30hs em 2ª Convocação e será realizada com qualquer quórum, no endereço na Rua Dona Romana, nº 322, Engenho Novo, CEP 20.710-200, com a seguinte Ordem do Dia: a) Examinar, discutir e votar a continuidade ou não da 7Tran mediante matriz de decisão; b) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2023. Adriana Correa de Araújo

Presidente do Conselho

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2023

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 56/2023 no dia 16/10/2023 às 09h00min. Objeto: Aquisição de Medicamentos (GLICOSE 5% (50MG /ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, FRASCO OU BOLSA 500ML, GLICOSE 50% (500 MG /ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10ML, MANITOL 20% (200MG / ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, FRASCO OU BOLSA 250ML e etc.) Processo nº. 33409.003768/2023-04. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A CNPJ/ME nº 32.184.487/0001-04 - NIRE 33.3.0033425-4 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1. DATA HORÁRIO E LOCAL: 15/09/23 às 10h00 horas, na sede social da Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), nesta Cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1703 – parte e 1704 -parte, Edificio Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021. 2. CONVOCAÇÃO E PRE-SENÇĂ: Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. MESA: Presidente – Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Secretário – Germán Sánchez González. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) aumento de capital social da Companhia, no valor total de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), dentro do valor do capital autorizado, conforme artigo 5º, Parágrafo Terceiro do seu Estatuto Social; e (ii) autorização expressa para que a Direto ria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação acima. 5.DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) O aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, em montante correspondente a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 35.000.000 (trinta e cinco milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, em observância ao critério estabelecido no inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações. Em de corrência do aumento de capital ora deliberado, o capital social da Companhia passa de R\$ 146.486.000,00 (cento e quarenta seis milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil reais) dividido em146.486.000 (cento e quarenta seis milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para R\$ 181.486.000,00 (cento e oitenta e um milhões, quatro centos e oitenta e seis mil reais) dividido em 181.486.000 (cento e oitenta um milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os acionistas da Companhia subscrevem as correspondentes ações ordinárias e as integralizarão de acordo com os Boletins de Subscrição anexos à presente (Anexos I-A e I-B). Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para a formalização da deliberação acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. 6 ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 15/09/23. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro da Companhia. Mesa: Carlos Eduardo Assumpção Olesko Presidente; Germán Sánchez González - Secretário Visto do Advogado Bruna Lage Richter - OAB-RJ n.º 158.899. Jucerja nº 5708955 em 26/09/23

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP

devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS CREDITAS TEMPUS, inscritono CNPJ sobn° 29.494.037/0001-03, doravante designado VENDEDOR, neste atore presentado por sua administradora, ora CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS com sede na cidade do São Paulo - SP, na rua Gomes de Carvalho, 1195, 4º andar CEP 04547-004, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.671.743/0001-19 nos termos do instrumento particular, firmado em 09/06/2022, no qual figura como Devedor/Fiduciante Luiz Fernando dos Santos, brasileiro, divorciado, administrador, nascido em 04/11/1979, RG nº 011.369.082-0-SSP/RJ e CPF nº 052.204.437-98 esidente e domiciliado nesta cidade do Rio de Janeiro/RJ, levarão a PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e/ou On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 11 de Outubro de 2023, a partir das 09h00, na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a 1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 228.059,47 (duzentos e vinte e oito mil, cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), o imóvel abaixo descrito, em lote único, com a propriedade consolidad: em nome do credor Fiduciário, constituído por: Imóvel - Apartamento 1306 do oloco 09 do edifício a ser construído sob o nº 560 pela Avenida Projetada B no empreendimento Moradas do Itanhangá, na freguesia de Jacarepaguá e correspondente fração de 615,40/1.000.000 do respectivo terreno designado por lote 14 do PAL nº 37.215 que mede em sua totalidade 65,85m pela Estrada de Jacarepaguá mais 9,53m em curva interna subordinada a um raio de 7,00m concordando com o alinhamento da Avenida Projetada B, por onde mede 534,25m 68,00m nos fundos por onde confronta com a área destinada à escola e 554,79m : direita por onde confronta com parte do nº 2681 da Estrada de Jacarepaguá de Welmo Pinto Alves ou sucessores. Conforme Av.03, o prédio foi construído. Conforme Av.11 o prédio tem numeração suplementar 3145 pela Estrada de Jacarepaguá Conforme Av. 16 consta reconhecimento de logradouro no qual a Avenida São José Maria Escriva foi antes conhecida como Av. Proietada B do PAL 37.215. Matrícula n 155.503 do 09º Cartório Oficial de Registral de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº: 1.817.251-0, CL 17011-8. O imóve encontra-se ocupado, e será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo comprador, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusivo nonorários advocatícios, mediante propositura da competente reintegração na posse, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 18 de outubro de 2023, a partir das 14h00, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 178.964,91 (cento e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos). s interessados em participar do eilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid net) e na SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo Demais condições de participação online devem ser verificadas no site indicado O envio de lances on-line se dará exclusivamente através da Loja SOLD LEILÕES (sold superbid.net) e na SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), respeitado o lance nicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo ote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor (es iduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da le 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da ealização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereço constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do nesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O ed<u>i</u>tal completo encontra-se disponível nos sites do leiloeiro através da oja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e na SUPERBID EXCHANGE (www.superbid. net), o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos (condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Ficam os Devedores Fiduciantes INTIMADOS das designaçõe: eitas acima. A publicação do presente edital supre a intimação pessoal. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. A(s) ação (ões) Judicial(is) relativas(s) ao(s) Imóvel(is arrematados(s), distribuídas em até 6 meses depois da arrematação, que invaliden consolidação da propriedade e anulem a arrematação do imóvel pelo COMPRADOR ARREMATANTE, mediante transito em julgado, os leilões públicos promovidos pela VENDEDORA ou adjudicação em favor da VENDEDORA, a arrematação do COMPRADOR ARREMATANTE será rescindida, reembolsados pela VENDEDORA os alores pagos pelo COMPRADOR ARREMATANTE, excluída a comissão do LEILOEIRO, que deverá ser restituída pelo próprio leiloeiro, atualizados os valores a ressarci elos mesmos índices aplicados à caderneta de poupança, não fazendo jus c COMPRADOR ARREMATANTE, nesta hipótese de rescisão a juros de mora, multas po escisão contratual, perdas e danos ou lucros cessantes, devendo o COMPRADOR ARREMATANTE, caso exerça a posse do imóvel, desocupá-lo em 15 dias, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal da VENDEDORA.

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105